



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

**29 de abril a 02 de maio
de 2017**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 29 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Secretário afastado

A Justiça de Pio XII concedeu medida liminar que afastou do cargo o secretário de Economia e Planejamento do município, Carlos Magno Gomes Batalha. A decisão também bloqueou os bens do secretário e de Álvaro Rodrigues de Sousa, dono da empresa AR de Sousa Produções até o valor de R\$ 177.920,00.

Ambos são acusados de irregularidades na licitação que contratou a AR de Sousa para organizar o carnaval de 2017 no município.

Concurso em São Bernardo

O município de São Bernardo (a 369 km de São Luís) terá de fazer concurso público, a fim de readequar seu quadro de servidores.

TAC nesse sentido foi assinado entre o MP, o prefeito João Igor Vieira Carvalho (PMDB) e o presidente da Câmara de Vereadores, Bernardo José Tribuzi, o Bernardo do Dr. Nonatinho (PHS).

Casa do Albergado

O Ministério Público do Maranhão expediu recomendação para que o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária, construa a Casa do Albergado, em Imperatriz, com capacidade inicial para 150 apenados.

A recomendação orienta que o governo alugue imóvel particular ou adapte algum imóvel público para abrigar os presos do regime aberto e semiaberto, enquanto o prédio não fica pronto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
DATA 29 / 05 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MP solicita que governo construa Casa do Albergado em Imperatriz

O Ministério Público do Maranhão expediu Recomendação, no último dia 17, para que o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária, construa a Casa do Albergado em Imperatriz, com capacidade inicial para 150 apenados.

No documento, elaborado pela 5ª Promotoria de Justiça Criminal, o promotor de justiça Domingos Eduardo também orienta que o governo alugue imóvel particular ou adapte algum imóvel público para abrigar os presos do regime aberto e semiaberto, enquanto o prédio não fica pronto.

Segundo a Lei de Execuções Penais, é necessário que cada região tenha ao menos uma Casa do Albergado, que deve ser construída em centro urbano, separada de outros prédios, com aposentos e locais adequados para ministrar cursos e palestras.

Com o fechamento da Casa Albergue, em dezembro, os presos do regime semiaberto tiveram de ser realocados nas dependências interditadas do antigo presídio e os do regime aberto estão em prisão domiciliar.

De acordo com o promotor, estima-se que haja atualmente mais de 400 pessoas cumprindo pena em regime aberto em Imperatriz, muitos sem fiscalização efetiva.

“Sem a Casa do Albergado, o juízo da execução criminal é obrigado a deferir prisão domiciliar aos apenados em regime aberto, devendo os presos ficarem em casa com monitoramento ou fiscalização eletrônica”, ressaltou Domingos Eduardo.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 29 / 05 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Bom Jardim

Justiça aceita denúncia contra suposto esquema para fraudar licitações

O Poder Judiciário em Bom Jardim aceitou denúncia oferecida pelo Ministério Público sobre a montagem de um esquema que tinha como objetivo fraudar licitações no Município e, com isso, efetuar desvio de verba pública, promovendo, ao final, a lavagem do dinheiro para dar uma aparência de licitude às ações criminosas realizadas. Os envolvidos citados na denúncia são Antônio Oliveira da Silva, Karla Maria Rocha, Humberto Dantas dos Santos, Fabiano de Carvalho Bezerra e Lidiane Leite, ex-prefeita de Bom Jardim.

A denúncia acatada pela Justiça relata que todo o esquema se iniciou com a candidatura de Lidiane Leite da Silva para o cargo de prefeita de Bom Jardim, cargo alcançado em virtude das pendências com a justiça eleitoral que impediam Humberto Dantas dos Santos a se candidatar. Neste contexto, continua em sua narrativa, que logo no início do seu mandato, "a ora denunciada, Lidiane Leite da Silva teria nomeado Humberto Dantas dos Santos para o cargo de Secretário de Articulação Política. Contudo, este passou a agir como prefeito de fato, fatos que afirma serem condizentes com os depoimentos tomados nos Procedimentos Investigatórios conduzidos pelo Ministério Público".

O MP ressalta que, em relação a administração de Bom Jardim, havia uma prefeita de direito (Lidiane Leite da Silva) e um prefeito de fato (Humberto Dantas dos Santos), e que no exercício do mandato e do cargo teria se iniciado a execução do plano de Humberto consistente na formalização de organização criminosa voltada para o desvio de recursos públicos municipais. Descreve que o esquema criminoso, executado por Humberto Dantas dos Santos, em



A ex-prefeita Lidiane Leite volta a ser acionada pela Justiça por supostas irregularidades em sua gestão

concurso com Lidiane Leite da Silva, consistiu em constituição de uma comissão permanente de licitação com pessoas de sua confiança, a fim de que eles elaborassem procedimentos licitatórios de forma a favorecer seus interesses.

"Informa que Antônio Américo de Sousa Neto, nomeado presidente desta Comissão, e que nela teria trabalhado entre janeiro e maio de 2013, e que segundo declarações prestadas à Promotoria de Bom Jardim, este afirmou que esteve trabalhando nesta comissão e não teria ocorrido nenhuma licitação, o que corroboraria a tese ministerial de que apesar da suposta data de realização dos procedimentos (04/2013), estes teriam sido 'fabricados' em momento posterior, com intuito de conferir aspecto legítimo ao ilícito supostamente perpetrado", enfatiza a denúncia.

Alega o órgão ministerial que Humberto Dantas dos Santos escolhia pessoas dispostas a participar do esquema, que seriam proprietárias de empresas registradas, e que apesar da aparente ausência de capacidade técnica, participavam, e eram vencedoras dos procedimentos licitatórios, disputados sem

concorrência, devido à falta de publicidade conferida pelos gestores.

"(...) A firma que os empresários que compunham a organização, e participavam das organizações fraudulentas foram Antônio Oliveira da Silva e Fabiano de Carvalho Bezerra (...) Consta na inicial, que Antônio Oliveira da Silva mantinha tratativas diretas com Humberto Dantas dos Santos, e era o proprietário da empresa Zabar Produções, e segundo declarações de Lúcia de Fátima Santos Costa, Antônio Oliveira da Silva, conhecido como Zabar, teria sido visto na prefeitura na companhia de Humberto Dantas dos Santos, em data anterior às licitações, pressionando a comissão licitante, para que seus membros elaborassem os procedimentos licitatórios de forma mais rápida", explica o MP. Conforme depoimentos, verificou-se que Humberto Dantas dos Santos afirmou que os procedimentos licitatórios poderiam ser realizados em um dia, bem como que "Zabar" (Antônio Oliveira da Silva) teria dito que faria um negócio muito bom para a Prefeitura, e tendo lhe oferecido alugar seu carro, e dos

demais membros da comissão, com o dinheiro que ganharia quando vencesse a licitação de locação de veículos. "Neste contexto, o Ministério Público do Estado do Maranhão conclui a existência de um vínculo entre Humberto Dantas, Lidiane Leite, Antônio Oliveira e Fabiano Bezerra, que previamente se organizariam para a fraude em procedimentos licitatórios, a exemplo dos procedimentos licitatórios com objetos de reforma de escolas e locações de veículos".

Descreve o Ministério Público a prática de inúmeras irregularidades e crimes realizados durante os procedimentos licitatórios, tal como a tomada de preços 01/2013, que tinha como objeto promover reformas em escolas, afirmando que em tal procedimento a ata e as certidões negativas do FGTS e de débitos trabalhistas, além do cartão do CNPJ, estariam irregulares, constando ausência de assinatura em documentos essenciais, e que alguns documentos de habilitação, teriam sido produzidos após o horário informado na ata de sessão pública.

Quanto ao proveito econômico dos delitos, afirma que cada membro da organização providenciou a ocultação da origem ilícita de tais bens, sendo que Humberto teria investido em suas propriedades rurais, muitas delas registradas em nome de seu pai. Karla teria utilizado em suas viagens pela Europa. Lidiane ostentando uma vida luxuosa, comprou uma SW4, que teria sido adquirida em nome de seu pai, dois apartamentos em São Luís. Já Fabiano, teria adquirido vários bens, colocando-os em nome de terceiros, o mesmo feito por Antônio.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 29 / 05 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Gringos sequestrados no Anjo da Guarda

Após o sequestro de dois colombianos, mantidos reféns em cativeiro, três suspeitos são presos no momento de receber o dinheiro do resgate

Dois comerciantes ambulantes de nacionalidade colombiana foram sequestrados por três suspeitos, no Anjo da Guarda. Os envolvidos foram identificados apenas pelos apelidos de "Picolino", "Playboy" e um adolescente. Os colombianos foram mantidos em cárcere privado. Ao meio-dia da última quinta-feira

(27), os sequestradores iniciaram a negociação com companheiros das vítimas, que já estavam acompanhados por agentes do Grupo de Serviço Avançado (GSA), da Polícia Militar.

Inicialmente, cobraram R\$ 10 mil pelo resgate e depois reduziram para R\$ 5 mil, e então foi acertado o pagamento que seria feito na Praça da Ressureição, no

Anjo da Guarda. Na hora combinada, os policiais estavam em campana. Os bandidos desconfiaram e trataram de fugir, mas foram perseguidos e interceptados na Rua Moçambique, em um automóvel Renault Sandero, de cor preta, sendo presos. Após depoimentos, eles apontaram o local do cativeiro.

A polícia libertou todos os se-

questrados, que não tiveram os nomes divulgados até o fechamento desta edição. Os sequestradores foram autuados em flagrante na 5ª Delegacia Distrital, pelo delegado Walter Wanderley, nos crimes de extorsão mediante sequestro, cárcere privado, associação criminosa, porte ilegal de arma, tráfico de drogas, associação para o tráfico e crime de tortura.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Policia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	29 / 05 / 2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Dois colombianos são sequestrados e suspeitos presos na Vila Mauro Fecury 2

NELSON MELO

Dois colombianos, identificados como Jamid e Víctor Daniel, foram sequestrados quando trafegavam pela Avenida José Sarney, na Vila Mauro Fecury 2, no eixo Itaqui-Bacanga, na manhã de quinta-feira (27), por volta das 10h. Eles, segundo a Polícia Civil, ganham a vida vendendo roupas em uma motocicleta. Pouco depois, a polícia conseguiu capturar três envolvidos no crime. O delegado Walter Wanderley, titular do 5º Distrito Policial (DP), Anjo da Guarda, relatou que os criminosos, já com as vítimas em cativeiro, exigiram a quantia em dinheiro no valor de R\$ 10 mil para libertarem os colombianos. Os sequestradores negociavam a 'grana' por meio do celular de um dos estrangeiros, sendo que as mensagens eram enviadas a Júnior, colega de Jamid e Víctor Daniel. Os criminosos, disse Wanderley, enviavam fotos e áudios das vítimas, em uma tentativa de acelerar o pagamento do resgate. Os colombianos estavam sob a mira de armas de fogo e também



Jamid e Víctor foram presos quando mantinham colombianos em cativeiro, na Vila Mauro Fecury 2

eram ameaçados com armas brancas. Por volta das 16h, houve uma nova rodada de negociação, fechada no valor de R\$ 5 mil, sendo que o local da entrega da quantia foi marcado na Praça da Ressurreição, no Anjo da Guarda. Lá, Júnior compareceu, observado

por policiais do Grupo de Serviço Avançado (GSA), que estavam de tocaia. De repente, narrou o delegado, enquanto Júnior falava ao celular, provavelmente com os sequestradores, um carro modelo Sanderó preto se aproximou,

tendo sido seguido até a Avenida Moçambique, no mesmo bairro, onde foi interceptado pela equipe do GSA, que prendeu Jhônata, conhecido como "Playboy", e Gleidson, o "Bigulino". Naquele momento, houve o resgate de um dos colombianos, o Víctor, que estava no automóvel. Após interrogar os dois criminosos, os policiais descobriram a casa onde a outra vítima estava rendida. Quando anoiteceu, a equipe de captura do 5º DP e os militares do GSA seguiram ao local e apreenderam um adolescente, que tentou pular o muro do imóvel. O outro colombiano, então, foi encontrado, como informou Walter Wanderley. Os policiais recolheram um revólver calibre 38, contendo cinco munições intactas, e 15 cabeças de crack. Além de uma balança de precisão e outros materiais utilizados para embalo da droga. De acordo com os próprios bandidos, eles integram a facção Bonde dos 40, tendo sido autuados em flagrante e encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Fotos|Divulgação/PM



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros PH
DATA 29,30 / 05 / 2017 Página 2		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**olha
essa**

Poema em italiano

A Promotora de Justiça e escritora Ana Luiza Almeida Ferro, recentemente empossada na AML, teve o seu poema O naufrago VIII traduzido para o italiano, sob o título "Il naufrago VIII", na Revista Il Convivio, da Accademia Internazionale Il Convivio, da Itália, edição 66.

A poesia foi traduzida por Angelo Manitta, que é presidente dessa Academia.

Il Convivio é uma revista trimestral de poesia, arte e cultura, voltada, sobretudo, para a literatura de língua italiana, francesa, espanhola, portuguesa e romena.

Em tempo: Ana Luiz está ministrando, de 27 de abril a 5 de maio, na sede da Fundação Sôsândrade, a disciplina Cultura e Criminologia Comparada, a disciplina Cultura e Criminologia Comparada, a convite do Instituto Universitário Atlântico - IUA, na Especialização Conducente ao Mestrado em Criminologia, em convênio com a Universidade Fernando Pessoa, de Portugal.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA	
DATA 29.30 / 05 / 2017	Página X	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

SUB PRESSAO

60 dias para melhorar bilhetagem na capital

Acordo, mediado pelo MPMA, prevê que SET deve providenciar equipamentos a serem instalados nos terminais de integração com créditos eletrônicos de reserva. CIDADES 3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 29,30 / 05 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

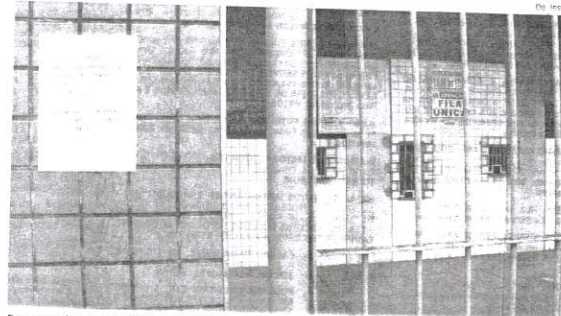
Com atraso, SMTT e SET terão de efetuar melhorias na bilhetagem

Empresa responsável pela manutenção do sistema alertou o Município sobre problemas no dispositivo em outubro do ano passado; MP foi obrigado a intervir para selar acordo e assim garantir a otimização do serviço

Com atraso de sete meses, a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), e o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo (SET) selaram acordo na manhã de sexta-feira, 28, durante audiência na sede das promotorias do Ministério Público (MP), em que se comprometeram a tomar medidas que otimizem o Sistema de Bilhetagem Automática (SBA). O consenso ocorreu após o Município e as empresas de transporte terem sido alertadas, desde outubro do ano passado, pela Dataprom (empresa responsável pelo gerenciamento logístico do SBA) da necessidade de melhorias no sistema, conforme comprovado por meio de laudos técnicos obtidos por O Estado com exclusividade.

Segundo o acordo, mediado pela Promotoria do Consumidor, o SET deve providenciar, em até 60 dias, equipamentos (chamados de *point off sale*) que serão instalados nos terminais de integração da cidade com créditos eletrônicos de reserva. Desta forma, em caso de futura pane, como a que ocorreu no dia 13 deste mês e com duração de uma semana, a população não ficará sem a possibilidade de recarga dos cartões de transporte.

Além desta providência, a entidade, que defende os interesses das empresas de transporte da capital maranhense, também terá de apresentar – em 30 dias ao MP – um sistema eletrônico em que será possível o resgate de dados dos usuários do transporte



Por causa de pane no sistema de bilhetagem eletrônica, a venda de créditos ficou suspensa em São Luís

RELEMBRE

Por causa da interrupção no SBA, a Prefeitura de São Luís anunciou a volta da comercialização dos passes escolares. A medida causou insatisfação nos usuários, que reclamaram do "retrocesso" da medida e da limitação imposta pelo Município, já que era possível adquirir apenas dez passes por pessoa. Segundo a própria Prefeitura, os passes perderam a validade no dia 30 deste mês.

coletivo, em caso de nova pane. Já o Município, por sua vez, está obrigado a melhorar os níveis de segurança da central do SBA, in-

talada na sede da Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia (Semit), no Centro.

Outra medida que deve ser tomada pelo Município, ainda de acordo com o MP será garantir a instalação de transformadores na central do sistema, para impedir a perda de equipamentos em virtude de queda no fornecimento de energia. Participaram da audiência no MP, além de representantes da SMTT e do SET, membros do departamento jurídico da Dataprom.

Informe

Para compensar os dias perdidos com a pane no SBA e pela greve geral decretada por várias categorias no dia 28 deste mês, em sua página oficial no Facebook, o secretário titular da SMTT, Canindé Barros, informou que neste saba-

do (29), das 8h às 16h, o sistema de recarga de crédito estará disponível nos pontos de atendimento nos principais terminais de integração da cidade.

Em nota encaminhada a O Estado no dia 19 deste mês, a Dataprom informou ainda que, apesar de ter sido alertada, a Prefeitura – apontada como a responsável pelo SBA – "não realizou os reparos necessários" no sistema.

A Dataprom confirmou que a "queda do sistema ocorreu exclusivamente por problemas técnicos ocorridos nos equipamentos da própria Prefeitura". Por sua vez, a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) informou em seguida que adquiriu peças e equipamentos eletrônicos novos e realiza a atualização periódica do dispositivo. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 29,30 / 05 / 2017 Página 6		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Detentos se rebelaram em unidade de Bacabal

Fato ocorreu na quinta-feira, mas foi controlado pela Polícia Militar; apesar do motim, inclusive com incêndio de colchões na cela, não houve fuga

A direção da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal, instalada no povoado Piratininga, zona rural desse município, ainda na manhã de sexta-feira, 28, estava fazendo uma varredura nas celas, já que na noite de quinta-feira, 27, foi registrado um princípio de rebelião, sem registro de fuga ou morte de internos.

O clima começou a esquentar na unidade prisional ainda por volta das 21h. Os internos começaram a gritar, atearam fogo nos colchões e em utensílios de plásticos. Houve ainda um quebra-quebra nas celas. Os policiais militares da Força Tática, Rádio Patrulha, Esquadrão Águia e do Cosar foram acionados e familiares de internos se concentraram em frente ao presídio em busca de informações sobre o caso.

O delegado Elson Ramos confirmou o princípio de motim, mas que foi controlado de forma imediata pelos policiais militares. Os integrantes do Corpo de Bombeiros Militar também estiveram no local para conter um início de incêndio. O delegado declarou ainda que não houve registro de morte de apenados.

Ainda na noite de quinta-feira, a direção da UPR fez a contagem



Divulgação

Policiais militares conseguiram controlar a rebelião em Bacabal

dos presos e ficou constatado que não houve fuga durante a ação e na sexta-feira foi realizada a recuperação nas estruturas físicas do presídio.

Túnel

Ainda na sexta-feira, em Imperatriz, os agentes penitenciários descobriram um túnel em uma das celas da Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI-II). Os funcionários faziam inspeção no local, já que seria dia de visita de familiares, quando descobriram o buraco por onde dezenas de presos fugiriam, provavelmente neste fim de semana.

Todos os detentos foram retirados da cela quando os agentes faziam a conferência e constataram

que ainda não tinha havido fuga. Na sexta-feira mesmo, a cela foi recuperada e os apenados retornaram ao local no fim da tarde.

Fuga

No dia 24 de fevereiro deste ano, os detentos da Unidade Prisional São Luís II, identificados como Fábio Ricardo Chagas; Mizael Rocha Araújo; Jones Fonseca Marques; Wallisson Cutrim Mota; Wesley Oliveira Soares; Wagner Neris Correa; Antônio Carlos Sobral Rocha; Joelson Pereira dos Santos; Pablo da Rocha Magalhães; Ruan Murilo Almeida Silva e André Luís Sousa de Lima conseguiram fugir quando estavam trabalhando na fábrica de bloco de concreto do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia () Outros
DATA 29,30 / 05 / 2017 Página 6		() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Feto achado sob cama em residência no bairro Coroadinho

Na tarde de sexta-feira, 28, um feto de aproximadamente 8 meses foi encontrado debaixo de uma cama em um quarto de uma residência, na Rua da Alegria, no bairro Coroadinho. Ainda segundo a polícia, a mãe foi levada para um hospital da cidade, mas não corre risco de morte.

O cabo Alúcio, da Unidade de Segurança Comunitária (USC) do Coroadinho, declarou que foram os moradores que procuraram pela polícia informando que haviam encontrado um feto. Os militares ao chegarem ao local e encontram o feto enrolado em um saco plástico e em um lençol debaixo da cama.

Os moradores informaram que a mãe teria sido levada para o hospital, onde teria feito uma curetagem. O delegado Leonardo Carvalho, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), informou que o feto foi removido para o Instituto de Médico Legal (IML), no Bacanga, para a autópsia.

Ele afirmou ainda que, conforme o resultado do exame pericial, a mãe poderá responder por infanticídio ou ocultação de cadáver. ●

Integra em oestadoma.com/427403



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria-Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input type="checkbox"/> Outros
() O Imparcial	() A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 30 / 05 / 2017	Página 3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Ao conceder habeas-corpus Tribunal de Justiça vê “excesso acusatório” em denúncia do MP contra diretores da Invisa

O Instituto Vida e Saúde (Invisa) se manifestou, por meio do seu escritório de advocacia, sobre nota publicada essa semana no blog O INFORMANTE, do JP online, a respeito da prisão, no Rio de Janeiro, do seu diretor geral, Denner Ornellas Cortat, no dia 31 de março último. Denner Cortat virá nos próximos dias a São Luís para explicar ao secretário estadual de Saúde, Carlos Lula, as circunstâncias e motivos da prisão.

O Invisa é uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fluminense (com sede no município de Santo Antônio de Pádua) contratada pelo governo maranhense para administrar o Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues, de São Luís. Denner Ornellas Cortat e outros quatro diretores do Invisa foram acusados pelo Ministério Público e pela Justiça do Rio de participação num esquema de fraudes em licitações nos municípios de Itaocara e São Fidélis.

Dois ex-vereadores (Michel Angelo Machado de Freitas, de Itaocara, que, da mesma forma, chegou a ser preso, e Marco Antônio Gonçalves, o “Marcão”, de São Fidélis) também participaram do esquema, que teria causado prejuízos de mais de 500 milhões ao erário de Itaocara e São Fidélis. Por telefone, o advogado Bruno Soares, da Invisa, disse ao INFORMANTE que Denner Ornellas foi solto após dois dias, por conta de um habeas corpus, extensivo aos outros quatro diretores da Oscip citados na denúncia do MP – Raphael Lima Barcelos, Rummengue Dias Rosa, Lídio Antônio Luz Pereira e Pedro Paulo Bastos da Silva. “Tudo já foi esclarecido e a Justiça não viu motivos de manter os diretores do Invisa presos”, disse o advogado Bruno Soares. A seguir, a Nota Técnica do Invisa:

NOTA TÉCNICA

Consultante: Instituto Vida e Saúde - INVISA
Ref.: Processo São Fidélis-RI

Trata-se de Nota Técnica a respeito dos impactos, para o INVISA, de ação penal movida no Município de São Fidélis-RI pelo Ministério Público em face de alguns associados da entidade.

Na ação penal em referência, o Ministério Público fluminense acusa alguns integrantes do INVISA de terem supostamente atuado, juntamente com agentes públicos da Câmara Municipal de São Fidélis-RI, na montagem de um ilícito procedimento de inexigibilidade de licitação. O procedimento em referência se passou no ano de 2008 e culminou na assinatura de ajuste no valor total de R\$ 218.000,00. O nome dos integrantes do INVISA foi ventilado ao MP numa delação premiada feita por um dos réus em processo criminal anterior, que possui notória inimizade com os membros do INVISA na região. Mesmo assim, sem quaisquer provas ulteriores para além da delação, o MPRI apresentou denúncia, pretendendo a punição dos dirigentes do INVISA crimes contra a lei de licitações. Saliam aos olhos graves incorreções na denúncia do MP, haja vista que: (i) à época não havia no ordenamento jurídico brasileiro a exigência de terreno selar para contratação de entidades do terceiro setor (na redação original do artigo 23 do Decreto n. 3.100/99, antes de 2011, o concurso de projetos era uma facilidade e não um dever); (ii) mesmo se tivesse sido praticado crime contra a licitação – e não o foi – estaria prescrito.

Na denúncia, o MP requereu a prisão cautelar dos membros do INVISA, sob a alegação de que sua continuação em liberdade dificultaria o ressarcimento de R\$ 218.000,00 aos cofres públicos em caso de condenação. A despeito da pretensão punitiva estar desprovida de provas e de um mínimo de razoabilidade, o juízo de



O diretor geral do Invisa, Denner Ornellas Cortat, virá a São Luís para explicar motivos de sua prisão, no Rio de Janeiro

primeiro grau deferiu os pleitos do MPRI. Espantados com a pretensão punitiva do *parquet* no caso, que além de estar prescrita é inverídica e completamente desartada, os membros do INVISA acusados apresentaram habeas corpus. Foi o TJRJ, em decisão elogável, conceder finalmente o pleito de liberdade, sob argumentos como: *Os delitos apontados na denúncia circundam em torno de um único contrato celebrado entre a INVISA e a Câmara Municipal de São Fidélis no ano de 2008, a partir de um procedimento administrativo de dispensa de licitação, cujo objeto seria monitoria social e Câmara itinerante. Apesar das autorizadas considerações do brilhante magistrado a quo e da diversidade de fatos criminosos imputados aos presentes, entendo que, na linha de argumentação pela defesa, a ausência de contemporaneidade dos fatos criminosos impede a caracterização dos requisitos da prisão cautelar. A prisão preventiva do paciente, na ótica da fundamentação explicitada pela decisão, está em desacordo com a compreensão jurisprudencial das cortes superiores, porquanto não guarda respeito ao critério da contemporaneidade, ou seja, há longo lapso temporal entre a conduta imputada (2008) e a decretação da prisão (2017).*

[*]**
Igualmente não vejo que a liberdade dos réus possa colocar em risco a ordem pública, porquanto a presunção de reiteração delitiva deve se revestir de um exercício cauteloso de prognóstico futuro com base em dados concretos. [...] A avaliação de risco de continuidade delitiva deve partir também de uma análise dos bons antecedentes dos acusados.

Além disso, ainda que seja matéria que não possa ser esmiuçada nos estreitos limites do HC, não há como se ignorar neste momento de avaliar a prisão preventiva que, a princípio, parece certo excesso acusatório na denúncia, porquanto é largamente questionável nos Tribunais se o tipo penal de organização criminosa cuja Lei foi editada em 2013, teria aplicabilidade a um fato criminoso ocorrido em 2008 ante ao princípio da anterioridade da lei penal.

E também, suscita estranheza a imputação ministerial do art. 90 da lei licitações, haja vista que tal dispositivo se refere à fraude na licitação e, de outro lado, o contrato da INVISA e Município, objeto da denúncia, foi justamente com dispensa de licitação, daí a denúncia conter também acapitulação no art. 89 da Lei de licitações.

4 - que diz respeito à dispensa ilegal de

licitação. Em outras palavras, a denúncia cumula dois dispositivos legais incompatíveis, o que representa um excesso acusatório que não pode ser ignorado por esta Relatoria no momento de avaliar a necessidade ou não da prisão preventiva. (Grifos no original). De outro lado, e independentemente da discussão de mérito a ser travada na referida ação, é imputante consignar em tons fortes que a pretensão punitiva do MP no caso se dirigiu exclusivamente em face de alguns dos membros da entidade, mas JAMAIS DA ENTIDADE EM SI.

Em matéria alguma o *parquet* ataca o INVISA enquanto pessoa jurídica. Sua acusação dirige-se exclusivamente a alguns de seus membros, pontualmente em relação a um suposto ilícito de fraude em um certame licitatório ocorrido em 2008. Não há qualquer requerimento de bloqueio dos ativos do INVISA, de suspensão das atividades da entidade, etc. **O INVISA não é acusado nem foi investigado na ação em questão.**

Tanto é assim que o despacho do juízo da causa, já revogado por conta da concessão liminar do habeas corpus, não dirigia qualquer determinação ao INVISA, ordenando a suspensão/cessão dos ajustes que possui ou impedindo-a de movimentar suas contas bancárias, por exemplo. Limitava-se apenas a aduzir que, para garantir o ressarcimento ao erário em caso de condenação, seria prudente que os acusados fossem cautelarmente detidos - argumento, que, convenha-se, não era suficiente para justificar a prisão cautelar, tanto que já foi reformado no habeas corpus concedido.

Destarte, todo o feito limita-se à pessoa física dos imputados, sem estender quaisquer efeitos à entidade. Até porque, como dito, a questão limita-se a investigar um fato isolado: a ocorrência ou não de fraude à licitação em 2008 na Câmara Municipal de São Fidélis. Insta as se verificar que referido contrato já foi há muito executado e encerrado, tendo a entidade prestado contas ao órgão de todos os recursos implementados na parceria.

Ora, se não há qualquer requerimento direcionado ao INVISA A no feito em questão, é evidente que não há nenhuma repercussão do processo sobre as parcerias atualmente concluídas pela entidade, as quais devem ser normalmente executadas. Note-se, ainda, que mesmo após a verdadeira devassa realizada na esfera pessoal dos imputados, inexistiu qualquer outra acusação aos colaboradores da entidade, senão a acima referida - atinente a condutas supostamente realizadas no ano de 2008.

Diante do exposto, é evidente que **o INVISA não pode ter sua imagem vilandada por quaisquer meios — população, inimizades, veículos de comunicação etc. —, situação que ocasiona dano moral passível de indenização.** A uma, porque o procedimento criminal em questão em momento algum se dirige contra a entidade, e sim apenas em face de alguns de seus membros. A duas, porque a acusação refere-se pontualmente a um fato ocorrido em 2008, e não à conduta geral dos acusados. A três, porque **o próprio TJRJ, em sede de habeas corpus, já considerou excessiva e desproporcional a denúncia.**

O INVISA possui inúmeras parcerias com diversos entes da federação, em áreas sensíveis como saúde e assistência social. Em todas elas, atua e presta contas de forma plenamente regular. É patente, diante dos fatos narrados, a inexistência de qualquer repercussão do feito em questão ao regular seguimento das parcerias, garantindo-se a manutenção do atendimento apuradamente necessária.

Curitiba-PR, 27 de abril de 2017.
BORGES MÂNICA & MENEGAT
Sociedade de Advogados



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	1 / 05 / 2017	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Mais de 30 adolescentes são apreendidos em festa

Polícia apreendeu drogas e uma arma de fogo em evento com participação de adolescentes; eles foram encaminhados para a Delegacia do Maiobão

Mais de 30 adolescentes foram apreendidos por estarem em uma festa em que havia o consumo liberado e em grandes proporções de álcool e drogas. No local onde eles estavam, a polícia apreendeu vários entorpecentes e uma arma de fogo.

O caso foi registrado na noite de sábado, 29, por volta de 23h30 no município de São José de Ribamar (Região Metropolitana de São Luís). A condução dos adolescentes foi feita pelo 13º Batalhão de Polícia Militar (13º BPM), responsável pelo patrulhamento na região.

Operação

A apreensão dos jovens aconteceu em uma festa que ocorria na Chácara Triunfo, localizada na comunidade Pindaí, em São José de Ribamar. Os policiais chegaram ao lo-

APREENSÕES	
32 adolescentes conduzidos para a delegacia	22 trouxas de uma substância assemelhada a maconha
1 revólver Taurus calibre 32, com numeração ilegível e duas munições intactas	41 recipientes de um solvente aparentando loló
32 trouxas de uma substância assemelhada a cocaína	50 ampolas vazias de loló

cal após denúncias de que estava acontecendo uma festa regada à álcool e drogas e com a presença de

menores. Durante a atividade, foi feito contato via telefone com os conselheiros tutelares plantonistas

a fim de acompanharem a atuação policial bem como lavar termo de responsabilidade aos pais ou responsáveis dos adolescentes.

No primeiro momento, foram revistas mais de 500 pessoas e, logo em seguida, feita uma triagem para separar os adolescentes.

O promotor da festa, um homem identificado apenas como "Susu", fugiu do local assim como outras pessoas que estavam participando da festividade. Apesar disso, foram apresentados no Plantão de Polícia do Maiobão 32 menores que foram notificados junto aos pais pelos conselheiros tutelares.

Na ocasião, os policiais apreenderam um revólver Taurus calibre 32, com numeração ilegível e duas munições intactas; 32 trouxas de uma substância semelhante a cocaína; 22 trouxas de uma substância semelhante à maconha; 41 recipientes de um solvente aparentando ser loló; e cerca de 50 ampolas vazias de substâncias já consumidas. Todo esse material será encaminhado para o Instituto de Criminalística do Maranhão (Icrim) para ser periciado. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros PÁGINA TRÊZ
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 2 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ataque deixa índios feridos

Ataque a tiros e facadas fere mais de dez indígenas Gamela e deixa três baleados em Viana, interior do Maranhão. Por determinação do ministro Osmar Serraglio, a Polícia Federal já enviou uma equipe para o local para evitar mais conflitos

ALEXON SAMPAIO

Uma aldeia indígena localizada no povoado de Bahias, no município de Viana, distante 220km de São Luís, foi atacada na madrugada do último domingo (30 de abril) por homens armados com facões e armas de fogo. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fazendeiros da região entraram em confronto com o grupo de índios Gamela, devido a disputas territoriais. O ataque aconteceu quando os indígenas decidiram sair de uma área tradicional retomada, prevenindo a violência urgente. Segundo a entidade,

treze índios foram atingidos em várias partes do corpo e dois chegaram à unidade hospitalar com membros decepados; um deles teve as mãos retiradas a golpes de facão, na altura do punho, outro, além das mãos, teve os joelhos cortados nas articulações. Cinco indígenas foram transferidos para o Hospital Socorrão II, em São Luís.

A ação deixou Aldeli Ribeiro Gamela ferido por um tiro na costela e outro na coluna e também com as mãos decepadas e os joelhos cortados. O irmão dele, José Ribeiro Gamela, levou um tiro no peito. O terceiro foi o indígena e agente da CPT/MA Inaldo Gamela, atin-

gido com tiros na cabeça, no rosto e no ombro. O Cimi também informou que os índios com ferimentos mais leves tiveram alta na manhã de ontem. Outros dois continuam internados após intervenções cirúrgicas e seguem em estado grave no hospital.

Ao chegar ao local do confronto, os policiais agiram para finalizar a ação dos fazendeiros. As vítimas foram socorridas pelos militares e encaminhadas para unidades de saúde dos municípios de Viana, Matinha e São Luís. Em nota, a Secretaria de Estado da Segurança Pública informou que já instaurou inquérito para investigar o caso, enviou reforço policial

para a região e que o conflito já foi contido. O confronto, que aconteceu entre indígenas e zendeiros com seguranças, foi descontinua após a intervenção policial. A polícia prestou socorro aos feridos, que foram encaminhados aos hospitais da região. Todos os fatos são objeto de investigação pela Polícia Civil, que também enviou equipes ao local do conflito, integrando as equipes da PM que atenderam à ocorrência. explicou o delegado-geral Lawrence Melo, destacando que os policiais que compareceram ao local deram prioridade à prestação de socorro e contenção dos ânimos, evitando que o conflito fosse retomado.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
DATA 2 / 05 / 2017 Página 4		

Índios ficam gravemente feridos em conflito em Viana

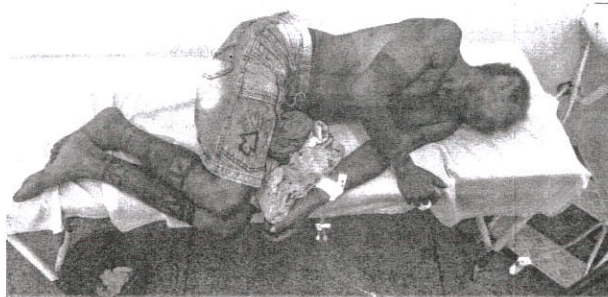
Uma das vítimas teve mãos decepadas durante o confronto; Comissão Pastoral da Terra Regional Maranhão diz que o Governo do Estado já tinha sido avisado que a situação era tensa na área.

ISMARARAÍHO
 Do editorial de Política

Cinco índios da aldeia Gamela feridos deram entrada no Hospital Municipal Socorção II, na Cidade Operária, durante a madrugada de ontem, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Foram 13 indígenas feridos a golpes de facão e pauladas após o conflito, que segundo testemunhas, um grupo de pessoas teria atacado a aldeia. Há uma outra versão de que os indígenas teriam invadido uma propriedade rural na última semana, o que desencadeou o conflito. O Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou em nota que está averiguando o conflito agrário no povoado de Bahias, no Maranhão. Por determinação do ministro Osmar Serraglio, a Polícia Federal já enviou uma equipe para o local para evitar mais conflitos e ofereceu apoio à Secretaria de Segurança Pública que, por sua vez, já instaurou inquérito para investigar o caso.

Uma das vítimas, Aldeli Ribeiro Gamela, foi atingido por um tiro na costela e um na coxa, como ainda teve as mãos decepadas e joelhos cortados. O irmão dele, José Ribeiro Gamela, levou um tiro no peito. O indígena agente da Comissão Pastoral da Terra do Maranhão, Inaldo Gamela foi atingido com tiros na cabeça, no rosto e no ombro. Segundo a polícia, eles tiveram a sua aldeia, localizada no povoado das Bahias, zona rural de Viana, foi massacrada por um grupo de pessoas na tarde de domingo devido a disputas territoriais. Os índios feridos foram levados para hospitais da região e na capital.

O padre Clemir da Silva, que faz parte do Cimi, esteve ontem no Socorção II e informou sobre os índios, que deram entrada nessa unidade de saúde, três já tiveram alta no co-



Um dos feridos durante o confronto que aconteceu na tarde de domingo, na zona rural do município de Viana



Confronto chamou atenção das pessoas e a situação ficou tensa

meço da tarde de ontem, 1º. Os outros dois indígenas, que continuam internados, passaram por intervenções cirúrgicas e ainda estão em estado grave.

As outras vítimas receberam socorro nos hospitais da região e estão

fora de perigo. Ainda segundo o padre, os criminosos estavam reunidos para atacar os indígenas desde o começo da tarde de domingo, nas proximidades do Povoado das Bahias, numa área chamada de Santero, em Viana.

Fotos/Divulgação

NOTA

A Comissão Pastoral da Terra Regional Maranhão (CPT-MA) ainda ontem enviou uma nota como forma de denunciar o ato de violência contra a vida dos índios Gamelas, no Povoado de Bahias, em Viana. Segundo a nota, essa violenta ação aconteceu quando os indígenas decidiram sair de uma área tradicional retomada, prevendo a violência iminente. Dezenas de pistoleiros armados com facões, armas de fogo, e pedaços de madeira atacaram os Gamelas no momento em que deixavam o território. Para se protegerem, muitas pessoas correram e se esconderam na mata.

A nota também afirma que o Governo do Maranhão já havia sido avisado da situação conflituosa na região e do risco de acontecer um massacre, mas, ao que consta até o momento, nem a polícia havia sido deslocada até a área para tomar as medidas cabíveis. Também há preocupação do alto índice de violência contra os povos e comunidade tradicionais do Maranhão. Atualmente, há cerca de 360 conflitos no campo no estado, destes, somente em 2016 foram registradas 196 ocorrências de violência contra os povos do campo, 13 pessoas foram assassinadas e 72 estão ameaçadas de morte.

Os criminosos estavam armados com pedaços de pau, facão e arma de fogo atacaram a aldeia. Houve vários disparos de arma de fogo e muitos índios ficaram feridos. Como não havia ambulâncias suficientes para socorrer todas as vítimas, pois, alguns feridos foram levados para o hospital em carros particulares.

A polícia foi acionada e esteve no local. A Secretaria de Estado de Segurança Pública informou por meio de nota enviada ontem à imprensa que já instaurou inquérito para investigar o caso como também enviou reforço policial para a região e que o conflito já foi contido.

Conflito

Esse não foi o primeiro ataque sofrido pelo povo Gamela, que luta para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) instale um Grupo de Trabalho para a identificação e demarcação do território tradicional. No ano de 2015 ocorreu um ataque a tiros contra os índios da região de Viana. Em agosto de 2016, três homens armados e trajando coletes balísticos tentaram expulsar os Ga-

melas das suas terras.

Na última sexta-feira, 28, os Gamelas retornaram para uma área nas proximidades da aldeia Cajuero Pirai, localizada também em Viana, e ainda nesse dia, trancaram a rodovia MA-014 como forma de apoiar à Greve Geral. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	2 / 05 / 2017 Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MAPEAMENTO.....

PCC tem 386 detentos 'batizados' nas prisões maranhenses

Matéria da Folha de S. Paulo do último domingo (30 de abril) informa que o Ministério Público de São Paulo mapeou a presença da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC, de origem paulista) nos presídios de 26 estados do país, mais o Distrito Federal.

De acordo com o mapeamento, o Maranhão é um dos estados em que o PCC e o Comando Vermelho (CV) travam disputa pelo controle das prisões, por meio do recrutamento de novos integrantes, por meio do "batismo" dos detentos.

O Ministério Público paulista constatou que 386 presos maranhenses são "batizados" pela facção de São Paulo. O detento "batizado" jura fidelidade à facção e a seu "padrinho" no

grupo criminoso, dentro e fora da cadeia. Em troca, a facção o ajuda financeira e juridicamente, auxiliando, inclusive, sua família.

No Maranhão, além das facções nacionais PCC e CV, estão presentes nos presídios os grupos Bonde dos 40 (B40), Primeiro Comando do Maranhão (PCM), Comando Organizado do Maranhão (COM) e Anjos da Morte (ADM), além de integrantes de gangues menores. No Complexo Penitenciário de Pedrinhas – onde conflitos sangrentos ocorreram em 2010, 2013, 2014 e 2015 –, os presos ligados a facções foram separados, em unidades diferentes, pelos gestores do sistema prisional, o que fez com que diminuísse a tensão no complexo.